

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento da Lei e do Contrato Social, o Conselho de Administração vem ora apresentar o **Relatório de Gestão e as Contas** da “FUNDAÇÃO AMA AUTISMO”, Contribuinte nº 510907415, com sede na Estrada da Papanata, 223, em Viana do Castelo. O presente relatório de gestão expressa de forma verdadeira a situação financeira e os resultados da atividade exercida no exercício económico findo em 31 de dezembro de 2017.

I - Introdução

A FUNDAÇÃO AMA AUTISMO (“Fundação”), tem como atividade principal atividades de apoio social para pessoas com deficiência, nomeadamente pessoas com diagnóstico de Perturbação do Espectro do Autismo (PEA). Esta Instituição teve como instituidor a AMA - Associação dos Amigos do Autismo, dando assim seguimento ao trabalho desenvolvido por esta. A Fundação integrou os projetos, o património, as responsabilidades e os trabalhadores daquela Associação.

A FUNDAÇÃO AMA AUTISMO foi reconhecida como IPSS de utilidade pública, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º, do Estatuto das IPSS, por despacho de 27/12/2013, do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, tendo sido efetuado o registo oficioso, na Direção-geral da Segurança Social de Viana do Castelo em 06/02/2014.

II – 2017 - Enquadramento Económico

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a expansão da economia mundial mantém-se robusta, tendo acelerado de forma gradual de 3,2% em 2016, para 3,7% em 2017, prevendo-se um crescimento de 3,9% em 2018 e 2019.

Esta evolução reflete um crescimento acima das expectativas na Europa e na Ásia, bem como o impacto esperado das alterações nas regras e estímulos fiscais na economia norte americana.

Na Zona Euro e no ano findo, registou-se um crescimento médio anual do PIB 2,5%, superior ao observado no ano anterior, refletindo a gradual recuperação da economia com a taxa de desemprego

Nej
Rt
/

prossequindo a tendência de melhoria iniciada em meados de 2013, tendo descido de 9,7%, em dezembro de 2016, para 8,6%, em dezembro de 2017. A taxa de inflação, medida pela variação homóloga do IHPC, registou um valor médio anual de 1,5% em 2017, o que compara com 0,2% em 2016, permanecendo abaixo do objetivo de médio prazo do Banco Central Europeu (BCE) de 2,0%.

Em Portugal, após três anos de recessão, a economia portuguesa regressou ao crescimento em 2014, tendo nos anos seguintes dado continuidade ao processo de gradual recuperação, crescendo 1,8% em 2015, 1,6% em 2016, tendo acelerado fortemente no ano de 2017, para 2,7%.

A atividade económica terá sido suportada, unicamente, pela procura interna, que contribuiu com +2,9 p.p. para o crescimento, refletindo sobretudo o comportamento do investimento. O investimento deverá ter crescido 9,0% em 2017, o que compara com 1,5% em 2016, suportado pelos financiamentos por parte de fundos comunitários, alguma recuperação da construção e pela continuação da recuperação do investimento empresarial em equipamentos. O consumo privado deverá ter acelerado ligeiramente, +0,1 p.p., para um crescimento de 2,2%, condicionado pela subida dos preços da energia e pelo abrandamento do consumo de bens duradouros, mas sendo suportado pela redução da taxa de desemprego e consequente aumento das remunerações do trabalho. Já o consumo público registou um crescimento marginal, de 0,1%, em 2017. As exportações líquidas terão apresentado um contributo negativo de -0,2% para o crescimento, superior ao observado em 2016, de -0,01 p.p. As exportações de serviços, nomeadamente de turismo, terão continuado a crescer a bom ritmo, à medida que diversos destinos portugueses consolidam o seu prestígio nos mercados internacionais.

Efetivamente, entre as diversas componentes da procura, as exportações deverão ter observado um dos maiores crescimentos anuais em 2017, de cerca de +7,9%, que terá sido acompanhado de um forte crescimento das importações, em +7,9%.

O processo de ajustamento orçamental continuou ao longo de 2017. Assim, depois do défice orçamental de 2,0% do PIB observado em 2016, em diminuição face ao défice de 4,4% registado em 2015, estima-se uma nova redução em 2017, para 1,2% do PIB, representando o mais baixo défice de toda a história democrática de Portugal.

Ao nível do mercado laboral, a taxa de desemprego registou uma redução muito significativa de 2,2 p.p. no decorrer do ano de 2017 para se fixar em 8,9% no final do ano, dando continuidade à tendência de redução desde o pico máximo histórico atingido no início de 2013, de 17,5%.

A inflação, medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor (IPC), foi de 1,4% em 2017, acelerando ligeiramente face aos 0,6% observados em 2016, tendo a inflação core se situado em 1,1% em 2017, o que compara com +0,7% em 2016.

2017
24
A

Por a Fundação AMA Autismo ser uma organização do terceiro setor, cujo objeto social se insere na área da deficiência, entende-se importante dar nota de alguns indicadores publicados pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos que integra a rede de laboratórios do Instituto Superior de Ciências Sociais e políticas da Universidade de Lisboa, no Relatório denominado “Pessoas com deficiência em Portugal: indicadores de direitos humanos 2017”.

Destes indicadores, destaca-se no que se refere à educação, o seguinte:

- 99% das e dos alunos com deficiência frequentam o ensino regular, 86% dos quais em estabelecimentos da rede pública.
- O número de alunos/as com deficiência que frequentam o 3.º ciclo e o ensino secundário tem vindo a aumentar.
- Persiste uma grande disparidade de género na população estudantil com necessidades educativas especiais, com sub-representação feminina: 38% de alunas para 62% de alunos.
- 57% dos/as alunos/as com Currículos Específicos Individuais ou que frequentam uma Unidade Especializada passa menos de 40% do tempo letivo com a turma.
- Registou-se um corte acentuado no número de horas mensais de apoio terapêutico prestado pelos CRI, que passou para quase metade a partir do ano letivo 2015-2016.

No que respeita ao emprego:

- O desemprego registado desceu 18,8% entre 2011-2016 para a população geral, mas aumentou 26,7% na população com deficiência.
- O desemprego de curta duração entre as pessoas com deficiência desceu 6,7% entre 2011-2016, mas o desemprego de longa duração subiu 63,8%.
- As pessoas com deficiência inseridas em empresas privadas com mais de 10 trabalhadores/as representam menos de 1% do total de trabalhadores.
- As pessoas com deficiência representam apenas 2,3% do total de trabalhadores/as da administração pública.

No relatório, encontra-se também referência às condições de vida e proteção social:

- O maior risco de pobreza é identificado entre as pessoas com deficiência que residem em agregados com baixa intensidade laboral (23,1%) ou baixo rendimento (24,8%).
- O risco de pobreza e exclusão é experienciado sobretudo em agregados com pessoas com deficiências graves (36,5%).

→ O número de beneficiários do abono de família teve uma quebra acentuada (-32%) entre 2005 e 2016. Ao mesmo tempo, subiu o número de beneficiários da bonificação do abono de família por deficiência (+58%), o que pode ser visto como um indicador de empobrecimento destas famílias.

→ Em todos os distritos, o número de vagas para pessoas com deficiência em lares residenciais é muito superior ao número de vagas em residências autónomas.

No distrito de Viana do Castelo, não se encontra registo de residência autónomas.

III – Fundação

III.1 – Atividade

A Fundação AMA Autismo, nos termos dos estatutos e do seu objeto social, centra maioritariamente a sua atividade no apoio a crianças, jovens e adultos com PEA. Em grande parte, a atividade prestada aos seus clientes é suportada financeiramente por acordos prévios com a Segurança Social. Efetivamente a Fundação tem acordos celebrados com a Segurança Social que lhe permitem suportar grande parte das despesas de funcionamento mensais.

Os referidos acordos de cooperação caracterizam-se pela estabilidade. Esta estabilidade é importante para que a Fundação possa encarar o futuro de forma programada e organizada.

Outro ponto importante nos acordos celebrados com a segurança social é a regularidade temporal nos pagamentos. De facto, o Centro Distrital de Viana do Castelo tem sido escrupuloso no pagamento dos acordos não atrasando sequer um dia. Esta certeza de recebimento mensal é por demais importante quando se gere uma instituição com duas dezenas de colaboradores e mais de uma centena de utentes.

A Fundação desenvolve a sua atividade, concentrada em três níveis de resposta: O Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), o Apoio em Regime de Ambulatório (ARA) que inclui o Apoio Técnico Precoce (ATP). Desenvolve, igualmente, atividades desportivas e de lazer adaptadas à sua população alvo, assim como atividades de ocupação de tempos livres nas interrupções letivas e férias escolares.

O CAO manteve o número de utentes em atividade, funcionado nas instalações adaptadas sitas no lugar de Giestal, Darque, no perímetro da Escola EB2,3 Carteadado Mena. O projeto de instalação foi aprovado em 2012 pela Autoridade de Saúde Pública de Viana do Castelo. Em outubro do corrente ano, estas instalações foram objeto de auditoria conjunta por Técnicos da Autoridade de Saúde e do Centro Distrital

MS
Rt
↙

de Segurança Social de Viana do Castelo, cujo relatório foi recebido na Fundação em 8 de janeiro de 2018. No seguimento deste relatório foram promovidas pequenas melhorias estruturais, que estão caracterizadas no relatório de atividades de 2017 da Fundação.

O quadro de pessoal afeto ao CAO cumpre o estabelecido no protocolo celebrado em 2013 com o Centro Distrital de Segurança Social em termos de afetação de recursos humanos a esta resposta social e possui regulamento interno nos termos definidos no acordo celebrado.

Verificou-se uma continuidade do trabalho desenvolvido, diminuindo 16% face ao ano anterior o número Planos Individuais de Transição (PIT) com o Agrupamento de Escolas Monte da Ola. É evidente a necessidade de um serviço de transporte para os utentes do CAO, que até ao momento não foi possível implementar e que se encontra em estudo de viabilidade económico-financeira.

Constata-se, o não pagamento do co-pagamento devido pelos pais destes utentes, pela frequência deste centro de atividades. À data de 31/12/2017, encontram-se em dívida, o montante de 4.981,76€ correspondentes a valores acumulados destes copagamentos.

No que se refere à resposta em regime de ambulatório (ARA), o trabalho é desenvolvido por uma equipa multidisciplinar especializada constituída por técnicos com formação superior e especializações em PEA, que respondem aos pedidos de avaliação e intervenção clínica e social, com ligação estreita aos organismos da educação e da saúde. A equipa é constituída por Técnicos de Psicologia, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Psicomotricidade e Serviço Social.

Nas valências de ARA (intervenção com crianças, jovens e adultos com PEA e seus familiares, a partir dos 7 anos) e Apoio Técnico Precoce (intervenção com crianças dos 0 aos 6 anos) os serviços podem ser prestados nos diferentes contextos nos quais a criança /jovem se insere (casa, escola, jardim-de-infância, AMA). No entanto, existe uma concentração das terapias relativas a esta resposta nas instalações sitas na Estrada da Papanata, nº 223, em Viana do Castelo.

As instalações da ARA estão licenciadas para “serviços” encontrando-se a Fundação, neste momento, a desenvolver ativamente contactos para encontrar um espaço alternativo para esta resposta e que sirva, concomitantemente de sede social da Fundação.

Quanto à procura do ARA, no ano de 2017 aumentaram as novas admissões em 9.7%, das quais a maioria foi encaminhada para processo de avaliação multidisciplinar para despiste ou confirmação de diagnóstico, 3 casos foram diretamente encaminhados para intervenção e 6 casos não avançaram para avaliação multidisciplinar por não apresentarem requisitos ou suspeita de PEA. Em 2017, dos acolhimentos e

ND
Rt

avaliações realizadas foram admitidos 8 casos novos para intervenção. O ARA contabilizou uma média de 512 atendimentos mensais, valor idêntico ao do ano anterior.

O acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social, no que respeita ao Apoio em Regime Ambulatório não inclui o apoio técnico precoce (apoio dos 0 aos 6 anos e 364 dias), no entanto a Fundação apoia os portadores de PEA desta faixa etária, pois existem evidências que o apoio precoce é determinante no desenvolvimento e condicionante do futuro destas crianças.

Quanto ao quadro de pessoal afeto ao ARA, este cumpre o estabelecido no protocolo celebrado em 2009 em termos de percentagem de afetação de recursos humanos, por área de formação, e possui regulamento interno nos termos definidos no acordo de cooperação celebrado.

Tal como se observa relativamente aos pais dos utentes do CAO, também no ARA se sentem dificuldades no pagamento do copagamento financeiro, resultante da frequência das terapias. Tendo como referência a data de 31/12/2017, encontram-se em dívida 4.049,76€. Em adição aos montantes em dívida dos utentes do CAO e do ARA, a Fundação constituiu imparidades no valor de 3.700,25€ pois existentes utentes em que é expectável não virem a proceder ao pagamento.

Quanto às atividades adaptadas e conforme descrito no relatório de atividades, a AMA disponibiliza: Equitação Terapêutica e Adaptada, Natação Estruturada, Musicoterapia, Grupo de pais, Colónia de Férias de Verão e Atividades de Ocupação de Tempos livres. Em 2017, as atividades desenvolvidas nas interrupções letivas tiveram o apoio financeiro da Câmara Municipal de Viana do Castelo, proporcionando assim uma solicitação menor às famílias.

Anualmente, a Fundação elabora um plano de atividades e avalia o grau de execução dos objetivos e metas delineadas.

Os objetivos, constantes do plano de atividades para 2017, foram fundamentalmente de manutenção da atividade e das parcerias existentes. O desenvolvimento e grau de cumprimento dos objetivos constam do relatório de atividades. Salientam-se duas notas: a primeira relativa ao objetivo de rever junto do Instituto da Segurança Social os acordos em vigor uma vez que, por um lado, já decorreram 9 anos desde a celebração do acordo para o ARA e cinco desde a celebração do acordo do CAO; por outro lado ter-se-ia de ajustar o protocolo do ARA para incluir as terapias até aos seis anos e 364 dias, ou seja incluir o apoio técnico precoce. Porém, com a alteração introduzida pela Portaria 100/2017 de 7 de março, a possibilidade de revisão é condicionada aos pressupostos daquele diploma legal não verificados em 2017.

105
Rt
✓

A segunda nota refere-se à não concretização da abertura das instalações da Fundação no Porto para atendimentos em regime de ambulatório, que ficou prejudicada pela não priorização deste objetivo, aliado às condicionantes económico financeiras da Fundação.

No que diz respeito à atividade lucrativa/empresarial da Fundação, os resultados foram nulos pelo facto de não ter ocorrido nenhuma das atividades previstas em sede de plano de atividades, tendo, inclusive, a atividade da Formação sido encerrada em janeiro de 2017, por dificuldades várias, designadamente a ausência de licenciamento do espaço, que apenas foi obtido em setembro deste ano

III.2 – Apoio à Instituição

No desenvolvimento das atividades adaptadas a Fundação conta com o apoio de associações locais e com o apoio de alguns municípios. A Fundação integra igualmente a Comissão Local de Apoio Social.

De facto, observa-se que a Fundação manteve os protocolos instituídos com as Câmaras Municipais de Viana do Castelo, Barcelos e Esposende. Para o desenvolvimento das atividades e potenciar o contacto com novas realidades e experiências, mantem, igualmente, acordos com:

- Viana Remadores do Lima – aulas de remo adaptado;
- Vianaquestre – aulas de equitação terapêutica e adaptada;
- Centro Social e Paroquial de Vila Nova de Anha – cedência das instalações para a natação estruturada e hidroterapia;
- Terra, Associação de Educação Integral do Minho;
- Amorosa Health Club e Lar de Santa Teresa – frequência do ginásio;
- Rainbow Braga – protocolo de responsabilidade social com doação de 5€ por cada apresentação do sistema de saúde rainbow;
- Centro Social de Cultura e Recreio da Silva – cedência das instalações para promover as terapias.

III.3 – Análise das Demonstrações financeiras

O orçamento prospetado para o exercício de 2017, discriminado por valências, detalha-se conforme se segue:

Orçamento 2017

Rendimentos e Gastos	Notas	Valências				Total
		CAO	ARA	IP	Total	
Vendas e Serviços Prestados	8		102.347,80		102.347,80	
Subsídios, doações e legados à exploração	10/12	63.289,32	262.808,79		326.108,11	
ISS, IP - Centros Distritais		63.289,32	213.566,86		276.858,18	
Outros			-49.249,93		-49.249,93	
Variação nos inventários de produção	13	(2.033,47)	(82.265,87)		(84.299,34)	
Trabalhos para a própria entidade	16	190.169,63	(215.518,10)		(25.348,47)	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas						
Fornecimentos e serviços externos						
Gastos com o pessoal						
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	11,5					
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	9					
Provisões (aumentos/reduções)	9					
Provisões específicas (aumentos/reversões)						
Outras imparidades (perdas/reversões)						
Aumentos/Reduções de justo valor						
Outros rendimentos e ganhos	14,1	9.633,25	10.289,30		19.922,55	
Outros gastos e perdas	14,2		(2.602,06)		(2.602,06)	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos						
Resultados antes de depreciação e de amortização		(19.370,53)	75.069,84		55.699,31	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(5.156,64)	(23.062,51)		(28.220,15)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(24.527,17)	51.997,33		27.470,16	
Juros e rendimentos similares obtidos						
Juros e gastos similares suportados	6/15		(24.193,38)		(24.193,38)	
Resultado antes de impostos		(24.527,17)	27.803,95		3.276,78	
Imposto sobre o rendimento do período			(3.266,75)		(3.266,75)	
Resultado Líquido do Período		(24.527,17)	24.537,17		(0,00)	

Handwritten signature and initials: "Ruy" and "Rt" with a checkmark.

Face ao prospectado e aos resultados efetivamente verificados, constataram-se os seguintes desvios:

Receitas e Gastos	Notas	Valências										
		CAO			ARA			IP				
		Valor Real	Valor estimado	Desvio	Valor Real	Valor estimado	Desvio	Valor Real	Valor estimado	Desvio		
Vendas e Serviços Prestados	1	11.628,88	11.023,98	38.382,27	102.347,80	11.208,65	11.208,65	11.208,65	11.208,65	13.188,71	13.188,71	13.188,71
Subsídios, doações e legados a exploração	10/12	80.347,57	53.299,32	263.593,95	262.808,79	19.142,84	19.142,84	19.142,84	19.142,84	19.142,84	19.142,84	19.142,84
Variação nos inventários de produção		75.463,42	63.299,32	13.188,71	213.598,96	208,14	208,14	208,14	208,14	208,14	208,14	208,14
Trabalhos para a própria entidade		3.879,16	3.879,16	39.825,95	40.240,93	19,47	19,47	19,47	19,47	19,47	19,47	19,47
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	13	125,33	125,33	(43,43)	(43,43)	(43,43)	(43,43)	(43,43)	(43,43)	(43,43)	(43,43)	(43,43)
Fornecimentos e serviços externos	16	16.795,20	24.103,47	(93.528,89)	482.285,97	75.843,24	75.843,24	75.843,24	75.843,24	75.843,24	75.843,24	75.843,24
Gastos com o pessoal	11.5	(119.792,24)	(60.168,63)	(155.259,00)	(215.549,18)	50.258,10	50.258,10	50.258,10	50.258,10	50.258,10	50.258,10	50.258,10
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	9	(1.335,00)	(1.335,00)	(653,40)	(653,40)	(653,40)	(653,40)	(653,40)	(653,40)	(653,40)	(653,40)	(653,40)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	9											
Provisões específicas (aumentos/reduções)	9											
Outras imparidades (perdas/reversões)	9											
Aumentos/reduções de justo valor												
Outros rendimentos e ganhos	14.1	199,55	9.539,25	(127,52)	10.289,40	(151,08)	(151,08)	(151,08)	(151,08)	(151,08)	(151,08)	(151,08)
Outros gastos e perdas	14.2	(2.041,18)	(2.041,18)	(119.853,07)	(2.412,06)	(6.326,11)	(6.326,11)	(6.326,11)	(6.326,11)	(6.326,11)	(6.326,11)	(6.326,11)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	4/5	87.892,18	103.399,83	64.413,08	75.059,84	(10.646,76)	(10.646,76)	(10.646,76)	(10.646,76)	(10.646,76)	(10.646,76)	(10.646,76)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(5.102,86)	(5.102,86)	(4.819,05)	(5.230,17)	(16.224,45)	(16.224,45)	(16.224,45)	(16.224,45)	(16.224,45)	(16.224,45)	(16.224,45)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	6/15	82.789,32	98.296,97	59.594,03	59.799,67	(3.195,64)	(3.195,64)	(3.195,64)	(3.195,64)	(3.195,64)	(3.195,64)	(3.195,64)
Juros e rendimentos similares obtidos		1.600,73	1.600,73	(16.434,25)	24.193,39	7.759,13	7.759,13	7.759,13	7.759,13	7.759,13	7.759,13	7.759,13
Juros e gastos similares suportados		(44.297,58)	(44.297,58)	43.160,77	(27.803,85)	(16.086,82)	(16.086,82)	(16.086,82)	(16.086,82)	(16.086,82)	(16.086,82)	(16.086,82)
Imposto sobre o rendimento do período		(10,72)	(10,72)	10,72	10,72	10,72	10,72	10,72	10,72	10,72	10,72	10,72
Resultado Líquido do Período		38.081,73	38.081,73	43.109,77	24.517,17	(18.335,68)	(18.335,68)	(18.335,68)	(18.335,68)	(18.335,68)	(18.335,68)	(18.335,68)

Handwritten signature and initials

Nov
24
↓

Tal como se pode visualizar nos quadros anteriores, a Fundação previa para o exercício de 2017 um resultado líquido nulo, de forma a garantir estabilização da capacidade financeira da Instituição.

Todavia, contrariamente ao conjecturado, a Fundação apresentou um resultado negativo de 26.237,70€, valor este, influenciado primariamente, pela valência de Centro de Atividades Ocupacionais (CAO).

Pela primeira vez e, ainda que não tenha sido projetado orçamento para a valência, pela sua substancialidade, considerou-se relevante a definição de proveitos e gastos associados à valência Intervenção Precoce (IP). Em 2017, tal como se pode constatar, nos quadros anteriores, o resultado desta valência teve um peso de 22% em relação ao resultado alcançado.

No que concerne aos desvios ao orçamento, totalizaram-se 26.237,70€ em desvios, dos quais o valor negativo de 20.098,55€ eram respeitantes ao Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) e o valor positivo de 18.565,60€ eram respeitante à ARA. Na base destes desvios está a prospeção otimista do volume de negócios e dos subsídios e receber que acabaram por não se verificar. Em relação à Intervenção Precoce (IP) e, tal como já foi referido, a sua não orçamentação originou um desvio negativo de 24.704,75€.

No que respeita aos resultados apresentados no exercício de 2017, discriminados por valência, e à evolução comparativa das valências nos anos de 2016 e 2017, sumariam-se nos quadros seguintes:

Demonstração de Resultados 2017					
Financiamentos e Gastos	Cotas	Valências			
		CAO	ARA	IP	Total
Vendas e Serviços Prestados	0	11.629,98	38.382,27	11.208,65	61.220,90
Subsídios, doações e legados à exploração	100,2	80.247,57	253.593,95	15.169,41	349.010,93
<i>ISS, IP - Centros Distritais</i>		76.463,42	213.738,00		290.201,42
<i>Outras</i>		3.579,15	39.825,95	11.169,41	54.574,51
Variação nos inventários de produção					
Trabalhos para a própria entidade					
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		(425,98)	(40,13)	(4,46)	(871,57)
Comocimentos e serviços externos	13	(2.795,23)	(38.920,53)	(14.681,24)	(56.397,00)
Gastos com o pessoal	16	(116.750,24)	(123.220,00)	(22.583,42)	(262.553,66)
Ajustamentos do inventário (perdas/reversões)					
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	(11,5)	(1.535,73)	(394,56)	(1.011,59)	(3.341,88)
Provisões (aumentos/reduções)	0				
Provisões específicas (aumentos/reversões)	0				
Outras imparidades (perdas/reversões)					
Aumentos/Reduções de justo valor					
Outros rendimentos e ganhos	14,1	183,66	1.257,52	351,08	1.792,26
Outros gastos e perdas	14,2	(2049,77)	(19.533,17)	(6.326,17)	(27.309,11)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(1.995,71)	34.413,08	(18.311,30)	8.465,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	30,5	(5.162,83)	(4.298,05)	(1.290,59)	(10.751,47)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(43.024,44)	30.115,03	(19.601,89)	(32.511,30)
Juros e rendimentos similares obtidos					
Juros e gastos similares suportados	(51,5)	(17.000,73)	(16.144,29)	(5.342,56)	(38.487,58)
Resultado antes de impostos		(44.625,07)	43.966,77	(24.944,45)	(25.602,75)
Imposto sobre o rendimento do período		(10,35)	(58,63)	(4,91)	(73,89)
Resultado Líquido do Período		(44.735,42)	43.908,14	(24.949,36)	(25.676,64)



Res
RF
A

Demonstração de Resultados CAO

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2017	2016
Verdas e Serviços Prestados	8	11.629,98	
Subsídios, doações e legados à exploração	10/12	80.347,57	62.058,16
<i>ISS, IP - Centros Distritais</i>		76.468,42	62.058,16
<i>Outros</i>		3.879,15	
Variação nos inventários de produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		(928,56)	
Fornecimentos e serviços externos	13	(6.765,20)	(1.936,64)
Gastos com o pessoal	16	(112.798,24)	(86.408,62)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	11/5	(1.535,00)	
Provisões (aumentos/reduções)	9		
Provisões específicas (aumentos/reduções)	9		
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	14.1	193,55	6.355,60
Outros gastos e perdas	14.2	(2.049,38)	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(37.622,10)	(13.931,60)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(5.102,63)	(5.115,49)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(42.724,73)	(19.047,09)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	6/15	(1.690,73)	
Resultado antes de impostos		(44.415,46)	(19.047,09)
Imposto sobre o rendimento do período		(10,06)	
Resultado Líquido do Período		(44.425,52)	(19.047,09)



Not
R+
T

Demonstração de Resultados ARA

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2017	2016
Vendas e Serviços Prestados	8	38.392,27	63.841,11
Subsídios, doações e legados à exploração	10/12	253.593,95	247.256,00
<i>ISS, IP - Centros Distritais</i>		213.768,00	209.371,44
<i>Outros</i>		39.825,95	37.884,56
Variação nos inventários de produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		(43,42)	
Fornecimentos e serviços externos	13	(53.620,63)	(86.585,65)
Gastos com o pessoal	16	(156.250,00)	(337.786,23)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	11,5	(353,60)	(2.168,70)
Provisões (aumentos/reduções)	9		
Provisões específicas (aumentos/reduções)	9		
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	14,1	1.237,92	6.859,53
Outros gastos e perdas	14,2	(19.538,00)	(6.204,16)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		64.413,08	(13.778,10)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(4.818,06)	(2.834,37)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		59.595,02	(16.612,47)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	6/15	(18.434,25)	(48.380,76)
Resultado antes de impostos		43.160,77	(164.999,03)
Imposto sobre o rendimento do período		(56,00)	(3.141,33)
Resultado Líquido do Período		43.102,77	(168.140,36)

Key
R
D

Demonstração de Resultados IP			
Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2017	2016
Verdas e Serviços Prestados	8	11.208,65	
Subsídios, doações e legados à exploração	10/12	13.189,11	
<i>ISS, IP - Centros Distritais</i>			
<i>Outros</i>		13.189,11	
Variação nos inventários de produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		(4,15)	
Fornecimentos e serviços externos	13	(11.621,24)	
Gastos com o pessoal	16	(22.993,42)	
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Inparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	11,5	(1.811,65)	
Provisões (aumentos/reduções)	9		
Provisões específicas (aumentos/reduções)	9		
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	14,1	351,08	
Outros gastos e perdas	14,2	(6.326,17)	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(15.007,80)	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5	(1.249,98)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(16.257,78)	
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	6/15	(5.442,50)	
Resultado antes de impostos		(21.700,28)	
Imposto sobre o rendimento do período		(4,46)	
Resultado Líquido do Período		(21.704,74)	

Tal como se pode verificar na informação acima descrita e, reiterando a impossibilidade comparativa da valência IP, pela sua inexistência em 2016, foi a valência ARA que registou uma maior evolução face ao ano transato. De um resultado negativo de 188.140,16 euros em 2016, a ARA registou um resultado líquido positivo de 43.102,77 euros em 2017, por seu, turno, a valência CAO registou um retrocesso em 78% face ao ano anterior.

Na base explicativa destas evoluções está a contração de custos relativos com o pessoal e com os fornecimentos e serviços externos na valência ARA e a sua expansão na valência CAO.

Os principais dados e indicadores da atividade da Fundação em 2016 e 2017 podem ser resumidos como segue:

7/5
R
A

(valores em euros)	31.12.2017	31.12.2016
Balço		
Ativo líquido	642.885,84	624.527,11
Capitais próprios	(294.284,81)	(309.319,43)
Passivo	937.170,65	933.846,54
Demonstração dos resultados		
Resultado líquido	(26.237,70)	(213.187,25)

RÁCIOS ECONÓMICOS	2017	2016
EBITDA	8.483,18	(133.709,70)
EBIT	(2.687,70)	(161.659,36)
Rendibilidade líquida das vendas e serviços prestados	(0.429)	(3.339)
Rendibilidade Bruta do Ativo	(0.013)	(0.214)
Rendibilidade Líquida do Ativo	(0.041)	(0.341)

III.4 – Evolução previsível da atividade e continuidade da atividade

A Fundação AMA acumulou uma dívida significativa, tendo aliás capitais próprios negativos, como supra se evidenciou.

Existem, no entanto, vários fatores que nos fazem acreditar na continuidade da Instituição:

- 1- Elevado conhecimento adquirido sendo reconhecida como umas das melhores Instituições no panorama nacional em sede de abordagem da PEA.
- 2- Importância estratégica para o Estado, única Instituição que apoia de forma especializada o autismo no Distrito de Viana do Castelo

17/5
27
V

- 3- Equipa de gestão capaz, bem preparada e conhecedora do funcionamento do mercado da Economia Social
- 4- Acordos de cooperação mensais com a Segurança Social sem data de termo.
- 5- Elevado reconhecimento pelas Instituições distritais, autarquias, associações, entre outras.
- 6- Forte implantação no tecido social de Viana.

A situação é de qualquer forma difícil e impõe que se delinieie um plano de captação de receitas adicional que possa suportar o “peso” da dívida existente e que possa estabilizar financeiramente a Fundação.

- Desde logo será solicitado um apoio, através do Fundo de Socorro Social, ao Ministério do Trabalho e Segurança Social, que permitirá, no imediato equilibrar as dívidas de mais premente resolução, designadamente as despesas referentes a salários dos trabalhadores. Este pedido já foi executado, aguardando-se desenvolvimentos.
- Será criada uma liga de amigos da Fundação que possibilite a angariação de fundos adicionais para a Instituição.
- Serão iniciados contatos com as autarquias do distrito por forma a alcançar apoios financeiros adicionais para a Fundação.
- Será efetuada uma análise rigorosa dos custos operacionais atuais de que resultará um plano estratégico de diminuição da despesa.
- Serão negociados com a Segurança Social a revisão e o alargamento dos acordos de cooperação, logo que possível.
- Serão promovidas campanhas de angariação de Fundos.
- Serão estudadas a possibilidade de parcerias com prestadores de serviços que possam ajudar a diminuir as despesas da Fundação. (exemplo: empresas de telecomunicações).
- Serão efetuadas candidaturas a programas de fundos comunitários.
- Serão criadas redes de voluntariado que auxiliem a Fundação em diferentes áreas.
- A Fundação será a beneficiária de donativos por parte dos contribuintes em sede de IRS, apresentando a necessário requerimento à Direção Geral do Tesouro e Finanças.

10/1
R+
A

QUADRO RESUMO		
Medidas para Contenção de Despesa	Medidas para Captação de Receita	Horizonte Temporal
✓ Diminuir os Fornecimentos e Serviços Externos	✓ Manter/renegociar os Acordos de Cooperação com a Segurança Social	✓ Todo o ano 2018
✓ Saldar as dívidas existentes	✓ Criar Liga de amigos da Fundação.	✓ Primeiro Trimestre 2018
✓ Implementação de um novo sistema de gestão financeira	✓ Fundo Socorro Social	✓ Já em execução/manter durante 2018
✓ Candidatura a beneficiária de donativos em sede da DGTF.	✓ Candidaturas a Fundos	✓ Segundo semestre de 2018
	✓ Realizar campanhas de angariação de fundos	✓ Primeiro semestre de 2018

III.5 – Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Em 2017 foram reformulados os estatutos da Fundação e remetidos à Presidência do Conselho de Ministros, para aprovação. Foram promovidas reuniões com a Camara Municipal de Viana do Castelo para revisão do protocolo em vigor e pagamento de despesas relativas as atividades de ATL e Colonia de Ferias.

Fomos igualmente recebidos na Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, aguardando-se a marcação de uma reunião plenária com todos os presidentes dos municípios que compõem este território, com o objetivo de divulgar a Fundação e obter apoios da comunidade intermunicipal, assim como de cada um dos municípios, sobretudo no que se refere à comparticipação das terapias prestadas no âmbito do apoio precoce.

Creemos que com estas ações será expectável aumentar a receita proveniente de protocolos a celebrar com as autarquias, pois encontramos abertura e disponibilidade para as necessidades identificadas.

10/2
RF
[Signature]

III.6 – Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

Atualmente a Fundação tem uma certidão de não dívida à Segurança Social. Os montantes em dívida à Administração Tributária, encontram-se enquadrados em planos, que a Fundação cumpre pontualmente.

De referir igualmente, que a Fundação se encontra a devolver verbas ao INR – instituto nacional de reabilitação, por projetos não executados, através de um plano prestacional.

IV - Proposta de aprovação das Demonstrações Financeiras e aplicação do Resultado

O Conselho de Administração propõe que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2017, que incluem um total de Ativos de 642.885,84 €, Fundos Próprios de (294.284,81)€ e Passivo de 937.170,65 €, sejam aprovadas.

A administração propõe, ainda, que o Resultado Líquido negativo de 26.237,70 Euros seja aplicado da seguinte forma:

Resultados transitados: 26.237,70 Euros

V - Agradecimentos

O Conselho de Administração da Fundação aproveita esta oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os trabalhadores, Fornecedores, Instituições Bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Não podemos deixar de destacar o forte apoio da Câmara Municipal de Viana do Castelo, em diversos domínios da atividade da Fundação ao longo deste ano e que seria fastidioso, aqui, enumerar.

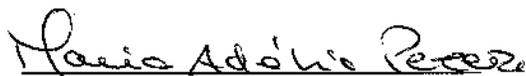
Pretende-se deixar aqui um vigoroso agradecimento pelo meritório trabalho desenvolvido pela equipa de técnicos, monitores e pessoal auxiliar da Fundação e que com o seu relevante desempenho e acompanhamento do estado da arte relativamente à atualidade técnico-científica relacionada com a PEA, prestam apoio de qualidade e proximidade às famílias e cuidadores das pessoas com PEA, dando-lhe uma resposta com elevado profissionalismo, que muito nos apraz registar.

Viana do Castelo, 13 de julho de 2018.



Diretora Executiva: Rita Gabriela Magalhães de Amorim

Maria Adélia Lima de Sousa



João Pedro da Silva Saraiva

